

Reeleição de presidente no Brasil: quanto a avaliação de governo importa para a manutenção no cargo

Re-election of president in Brazil: how much does the government evaluation matter for keeping in office



Emerson Urizzi Cervi
Professor do Departamento de Ciência
Política. Universidade Federal do Paraná.
@Ecervi
ORCID: 0000-0001-8073-014X

Cómo citar el artículo

Urizzi Cervi, Emerson (2024): «Reeleição de presidente no Brasil: quanto a avaliação de governo importa para a manutenção no cargo». *Revista Más Poder Local*, 57: 99-120.
<https://doi.org/10.56151/maspoderlocal.230>

Resumo

O artigo analisa a correspondência entre avaliação de governo e voto em presidentes candidatos à reeleição no Brasil. São descritos os quatro casos entre 1998 e 2022. O objetivo é identificar se a perspectiva do voto retrospectivo em disputas presidenciais com candidato à reeleição aplica-se no caso brasileiro. O pressuposto já presente na literatura é que governos bem avaliados têm mais chance de se manter no poder e governos com avaliação negativa apresentam mais chances de derrota. Os resultados mostram associações esperadas nos casos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, que tinham governos bem avaliados quando foram reeleitos, e para Jair Bolsonaro, que apresentava avaliação de governo negativa ao ser derrotado. Não se aplica ao caso de Dilma Rousseff, com a avaliação mais positiva dos presidentes em reeleição e sem associações significativas com as intenções de voto nela.

Palavras-chave

Reeleição; presidente; Brasil; avaliação de governo; intenção de voto.

Abstract

The paper analyzes the correspondence between government evaluation and voting for presidents who are re-election candidates in Brazil. The four cases between 1998 e 2002 are included. The objective is to identify whether the perspective of retrospective voting in presidential disputes with a candidate for re-election applies in the Brazilian cases. The assumption present in the literature is that well-evaluated governments are more likely to remain in power and governments with a negative evaluation are more likely to be defeated. The results show expected correlations in the Fernando Henrique Cardoso and Lula, who had highly evaluated governments when they were re-elected, and for Jair Bolsonaro, who presented a negative government evaluation when he was defeated. But, it does not apply to Dilma Rousseff, with the most positive evaluation of the presidents in re-election and without significant associations with the voting for her.

Keyword

Re-election; president; Brazil; government evaluation; voting intention.

1.Introdução

Desde que Downs (1957) popularizou a afirmação de que a principal meta de um grupo político é chegar e se manter no poder, estudos sobre a relação entre partidos e seus líderes com os eleitores nos períodos de campanha ganharam um campo específico, o das eleições, dentro da área de ciência política. No presidencialismo brasileiro, assim como em outros Países, o principal indicador de sucesso na manutenção do poder é a reeleição do mandatário no poder Executivo. Previsto desde a eleição de 1998, o princípio da reeleição foi aplicado quatro vezes para a presidência da república nos primeiros 25 anos de sua existência. Em três delas, 1998, 2006 e 2014, o presidente candidato à reeleição venceu. Na mais recente, em 2022, o presidente no exercício do cargo foi derrotado. Existem diferentes explicações para o sucesso ou insucesso de um candidato à reeleição. Características contextuais políticas ou externas a ela e perfil dos opositores que disputam o cargo são as mais comuns. Para além delas está o desempenho do candidato no exercício do cargo, segundo avaliação dos eleitores, antes da decisão de voto.

O objetivo do artigo é verificar o grau de associação entre a avaliação do primeiro governo dos quatro candidatos à reeleição para presidente do Brasil e as intenções de voto ao ocupante do cargo. Trata-se de uma análise descritiva a *posteriori* das relações entre desempenho de governo e desempenho eleitoral em quatro eleições distintas. A pergunta que move o trabalho é: as avaliações de governo são suficientes para explicar o desempenho do candidato à reeleição presidencial? Ela parte do pressuposto de que governos com avaliação positiva tendem a reeleger o presidente com mais facilidade, enquanto aqueles com avaliação negativa estão mais próximos do insucesso. No entanto, é preciso considerar a possibilidade de o eleitor não levar em conta o desempenho do presidente para decidir o voto.

Nossa hipótese vincula-se ao conceito de voto retrospectivo, que estabelece a existência de forte associação positiva entre intenção de voto e avaliação da economia, adaptado aqui para intenção de voto e avaliação geral do governo. Isso explicaria o sucesso eleitoral de três candidatos à reeleição e o insucesso de um deles no Brasil. A abordagem comparativa realizada aqui permite identificar como as relações entre avaliação de governo e intenção de voto é heterogênea, não podendo ser identificado um padrão geral para os quatro presidentes.

Trata-se de uma adaptação da hipótese clássica presente em Key (1966) e em Fiorina (1978) de que o sucesso eleitoral de um presidente no exercício do poder cresce ou diminui em função da relação direta com as flutuações da economia do País. Como se perceberá nos resultados, a hipótese não se confirma em dois casos, em um deles há maior avaliação positiva no primeiro mandato, mas, sem apresentar associações significativas entre avaliações e distribuição das intenções de voto no Brasil.

A abordagem empírica é macro, com utilização das médias de avaliações de governo e de intenção de voto medidas por institutos de pesquisa com amostras nacionais. Não se pretende discutir o processo individual de formação de preferências eleitorais ou motivos particulares para avaliar um governo de forma positiva ou negativa. Concordamos com as críticas de Green

e Palmquist (1994) para os estudos a nível individual a respeito de comportamento eleitoral. Sempre que possível, usamos o mesmo instituto de pesquisa para coletar as informações. Também se mantém o mesmo período de análise na campanha eleitoral, entre fevereiro e outubro dos quatro anos em que o presidente se recandidatou ao cargo –quando os institutos começam a medir as intenções de voto. Exceto em 1998, quando a eleição foi definida no primeiro turno e os dados vão até setembro. A unidade de análise é mensal. Nos meses em que há mais de uma medição de intenção de voto pelo mesmo instituto, a opção foi pela pesquisa mais próxima do final do mês. A análise empírica se desenvolve a partir do uso de três técnicas descritivas. Começa pelas comparações entre médias de avaliações positivas e negativas e pelas avaliações de todo o mandato com o período eleitoral. Em seguida são feitas associações lineares entre cada uma das avaliações e as distribuições das intenções de voto a partir da técnica de produto-momento para os períodos eleitorais. O objetivo específico é identificar a direção e a intensidade das associações entre avaliação de governo e intenção de votos.

A discussão conceitual sobre o voto retrospectivo está presente na literatura da ciência política há mais de meio século. Seu pressuposto fundamental é que o eleitor leva em consideração sua experiência anterior com os governantes, em especial os efeitos mais aparentes dessa relação no campo econômico, como forma de matizar preferências políticas e ideológicas na hora de definir o voto. O conceito está formalizado em Fiorina (1981). Antes disso, Fiorina (1978) já identificava uma relação direta entre o sucesso eleitoral do ocupante do cargo e as condições econômicas gerais do País, nas eleições para presidente dos Estados Unidos da América. Essa teoria, por considerar o contexto político e econômico é capaz de explicar volatilidades de curto prazo no voto, que passa a ser consequência dos resultados práticos de governos. Ela se contrapõe às explicações psicossociais para o voto, mais aceitas até os anos 1970 (Fiorina, 1976; Key, 1955).

Houve uma série de desdobramentos na abordagem nos últimos 50 anos. Pelfley e Willians (1985) aplicaram o conceito diretamente sobre a responsabilização de presidentes por problemas econômicos. Lanoue (1994) propõe uma diferenciação entre voto retrospectivo e prospectivo comparando eleições presidenciais com parlamentares. Svoboda (1995) e Lohmann e Rivers (1997) ampliam as análises sobre voto retrospectivo para diferentes sistemas federativos.

O artigo aproxima-se mais do tratamento aportado por Figueiredo (2022), às explicações agregadas para o comportamento do eleitor, ou de Braga (2010), sobre o papel desempenhado pelos processos eleitorais para a consolidação da democracia brasileira e de Cervi e Borba (2022) sobre a participação eleitoral no Brasil. Uma revisão sobre a abordagem microsociológica mais ampla da cultura política aplicava à decisão do voto no Brasil pode ser encontrada em Borba (2005).

Em campanhas com candidato à reeleição, a avaliação de governo é uma *proxy* que permite identificar como o eleitor está considerando a (in)competência do governante em adotar políticas em diferentes áreas –inclusive econômica– que interferem no seu processo de escolha. Pensando retrospectivamente, o eleitor toma duas decisões quando o governante é candidato à

reeleição. A primeira é se avalia o governo, em geral, com positivo ou negativo. A segunda é se ele usará essa avaliação para decidir se vota na continuidade ou na oposição¹. Essa decisão não é exclusivamente individual e considerando apenas o desempenho do governante. Também é preciso considerar a qualidade das lideranças de oposição em conseguir veicular conteúdos que apresentem aspectos negativos do governo (Nicolás Marín, 2019).

O quadro 1 a seguir apresenta quatro possíveis efeitos para a avaliação de governo em função da relevância que o eleitor dá a essa variável no momento da decisão de voto. Na primeira dimensão, a avaliação de governo pode ser majoritariamente positiva ou negativa. Na outra está o peso que o eleitor dá para a avaliação na hora de decidir o voto. Ela pode ser alta ou baixa, o que resulta em quatro resultados distintos. No quadrante I, o governo é bem avaliado e o eleitor dá muito peso para a avaliação na hora de decidir o voto. Nessas condições, o candidato à reeleição tem maiores chances de sucesso, mesmo que ele seja identificado com partido ou posição ideológica minoritária na sociedade. Aqui, a qualidade dos serviços prestados pelo governante é mais importante que possíveis distâncias ideológicas entre candidato e eleitor. No quadrante II, a avaliação majoritária do governo é positiva, mas o peso que o eleitor dá para a competência do governante é baixa para a decisão do voto. Nesse caso, mesmo com bons resultados, o candidato à reeleição tende a ser derrotado quando enfrenta opositores mais identificados com os valores e princípios gerais dos eleitores; ou, se for reeleito, a continuidade do governo não tem relação com seus resultados iniciais.

Quadro 1. Tipos de efeitos da avaliação de governo na distribuição de votos em disputas com candidato à reeleição.

		Peso da Avaliação de Governo na decisão de voto	
		Alta	Baixa
Avaliação predominante de governo	Positiva	I Melhores condições para reeleição do presidente, independente de questões de longo prazo, como ideologia ou partidarismo.	II Reeleição se dá ou não por outros fatores, apesar do bom desempenho do governo, como, por exemplo, influência de contexto econômico negativo ou partidarismo.
	Negativa	III Piores condições para reeleição, independente de questões de longo prazo, como ideologia ou partidarismo.	IV Reeleição se dá ou não por outros fatores, apesar do mau desempenho do governo, como, por exemplo, decisão de voto por ideologia ou partidarismo.

Fonte: Autor.

1. A proposta de racionalidade na decisão de voto por avaliação retrospectiva não é excludente das abordagens tradicionais que consideram o partidarismo ou as preferências ideológicas na decisão do voto. Elas são complementares. O eleitor não avalia as ações de governantes de maneira isolada de suas preferências ideológicas anteriores. Uma mesma ação governamental pode ser analisada positiva ou negativamente, dependendo da posição ideológica prévia do eleitor. A forma mais produtiva é considerar que valores e percepções sobre o mundo de longo prazo, como ideologia, são o início do processo de decisão de voto, enquanto a avaliação de governo, ligada a fatores de curto prazo, fazem parte do final do processo de distribuição das intenções de voto.

O quadrante III indica os casos em que a avaliação de governo é negativa e o eleitor considera o insucesso das políticas públicas para a decisão do voto em desfavor da continuidade. Nesse caso, critérios de longo prazo como identificação partidária ou ideológica, mesmo quando majoritárias no eleitorado, têm menos importância para a distribuição das preferências eleitorais. Por fim, o quadrante IV indica a possibilidade ou não de reeleição, independente de avaliação negativa do governo, pois, o eleitor dá baixa importância para o insucesso das políticas governamentais no período anterior. O que interessa é garantir a manutenção de valores ideológicos ou identidades partidárias.

Em processos eleitorais com candidato à reeleição, quando o peso é baixo para a avaliação de governo (quadrantes II e IV no quadro 1) as distribuições de preferências eleitorais são explicadas por similaridades de visões de mundo, ideologia ou partidarismo entre eleitores e candidatos –as decisões se dão mais por critérios de longo prazo. Nas reeleições, onde a avaliação de governo é importante para a decisão de voto, resultados de políticas públicas são determinantes para a manutenção do presidente ou sua substituição por uma das opções oposicionistas. Também é alto, nesses casos, o valor que o eleitor dá para as opções oposicionistas em disputas com candidato à reeleição.

O governante que se recandidata pode ser bom, mas, se tiver um oposicionista melhor na disputa, a decisão é pela mudança. Ou, o governante candidato pode ser ruim, mas, se os concorrentes da oposição forem considerados piores, a decisão será pela manutenção do grupo que está no governo, ainda que mal avaliado (Brambor e Ceneviva, 2012). O mesmo não se aplica a sistemas políticos onde há forte identidade ideológica ou partidária, nos quais a decisão do eleitor está tomada antes mesmo de conhecer quem são os candidatos.

Para identificar o grau de importância da avaliação de governo em eleições com candidatos à reeleição no Brasil, associamos as avaliações com as intenções de voto. Primeiro, medimos as diferenças entre avaliações em todo o período de governo e durante a campanha de reeleição. Depois, correlacionamos a avaliação durante a campanha com as intenções de voto, medidas em pesquisas de opinião. Essas associações permitem identificar o grau de centralidade da avaliação de governo para as intenções de voto agregadas. A partir daí é possível caracterizar os presidentes que concorreram à reeleição com os efeitos das avaliações. Após os testes fomos capazes de classificar os quatro casos de disputas pela reeleição presidencial no Brasil nos quadrantes I, II e III. Não constatamos a ocorrência de caso equivalente ao quadrante IV do quadro 1.

No Brasil, estudos sobre reeleição desenvolveram-se a partir de análises de casos do campo subnacional, em especial municipal (Barreto, 2009; Brambor & Ceneviva, 2012), onde há número de casos suficientes para a produção de modelos estatísticos robustos às explicações, ou em disputas estaduais (Rebello, 2017). Quando tratam das disputas presidenciais, os estudos sobre reeleição tendem a descrever um aspecto específico da campanha. É o caso de Machado (2006), que analisou o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) nas campanhas de reeleição presidencial de 1998 e 2006.

A primeira eleição com possibilidade de disputa pelo chefe do Executivo no exercício do cargo no Brasil foi em 1998. Bustani (2001) analisou as con-

dições gerais daquela disputa como grande novidade do sistema eleitoral do País: a de reeleição em campanhas com dois turnos, desde que o primeiro colocado não ultrapasse metade dos votos válidos no primeiro turno. Como consta no quadro 2 a seguir, em 1998 o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi reeleito no primeiro turno, com 53% de votos válidos. O seu principal opositor foi o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula da Silva, que alcançou 31,7% de votos válidos. A eleição de 1998 foi uma repetição da disputa de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso também havia vencido no primeiro turno, com Lula ficando em segundo lugar.

A eleição de 2006 foi a primeira em que o presidente foi reeleito no segundo turno. Nicolau (2008) relaciona o desempenho dos candidatos presidenciais com os resultados da disputa legislativa. Além de ter sido a primeira vez em que o candidato à reeleição precisou disputar um segundo turno, o fato mais curioso daquele ano foi em relação ao segundo colocado. Ele apresentou uma queda na participação proporcional de votos no segundo turno em relação ao primeiro. O então presidente, Lula, ficou com 48,6% de votos válidos no primeiro turno. Seu principal opositor foi Geraldo Alckmin, que chegou a 41,6% no primeiro turno. Foi a maior concentração de votos em eleições presidenciais brasileiras até então. Juntos, os dois representaram 90,2% de votos válidos no primeiro turno. No segundo turno, Lula subiu para 60,8% dos válidos e Alckmin caiu para 39,2% (ver quadro 2 a seguir).

Em 2014 houve a terceira disputa com presidente candidato à reeleição. Veiga & Ross (2016) analisam o papel de uma política pública, o Bolsa Família, na avaliação econômica do País para a distribuição dos votos. Naquele ano, Dilma Rousseff (PT) candidatou-se à reeleição em meio às consequências das manifestações de rua por insatisfação política, as chamadas Jornadas de 2013, e frente ao início da Operação Lava Jato, que teve desdobramentos político-partidários atingindo diretamente os governos e lideranças do PT. Do ponto de vista eleitoral, duas características são representativas daquela disputa. A eleição de 2014 foi a que apresentou a maior distribuição de votos entre os candidatos no primeiro turno, dentre as com concorrente à reeleição. Dilma Rousseff e seu principal opositor, Aécio Neves (PSDB), juntos, somaram 75,1%, com 41,6% para Dilma e 33,5% para Aécio Neves (ver quadro 2).

A mais recente disputa eleitoral com candidato à reeleição apresenta uma série de características distintivas. A principal delas é que pela primeira vez o candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL) foi derrotado. Além disso, trata-se da primeira campanha em que o candidato no exercício do cargo ficou todo o período eleitoral em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. Também foi a disputa, dentre as com candidato à reeleição, com maior concentração de votos no primeiro turno. O candidato à reeleição fez 43,2% dos válidos, contra 48,4% de seu principal oponente, Lula. Juntos, eles somaram 91,6% dos votos válidos no primeiro turno de 2022 (quadro 2). Além disso, o segundo turno daquela eleição protagonizou a menor diferença entre vitorioso e derrotado, que ficou em apenas 1,8 ponto percentual de votos válidos.

Quadro 2. Resultados eleitorais em votos válidos para as quatro eleições em que o presidente se candidatou a continuar no cargo.

Ano	Presidente candidato à reeleição	1º Turno		2º turno		
		% votos válidos	Principal opositor	% votos válidos	% votos candidato reeleição	% votos principal opositor
1998 ^a	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	53,0	Luis Inácio Lula da Silva (PT)	31,7		
2006	Luis Inácio Lula da Silva (PT)	48,6	Geraldo Alckmin (PSDB)	41,6	60,8	39,2
2014	Dilma Rousseff (PT)	41,6	Aécio Neves (PSDB)	33,5	51,6	48,4
2022 ^b	Jair Bolsonaro (PL)	43,2	Luis Inácio Lula da Silva (PT)	48,4	49,1	50,9

Fonte: TSE.

a. Fernando Henrique Cardoso, em 2018, foi o único presidente reeleito no primeiro turno, por ter ultrapassado 50% de votos válidos.

b. Jair Bolsonaro, em 2022, foi o único presidente candidato à reeleição a ficar em segundo lugar nos dois turnos da disputa.

A partir daqui o artigo está dividido em três tópicos. No próximo são apresentados os materiais com informações sobre avaliação de governo e intenção de voto dos primeiros mandatos dos quatro presidentes analisados aqui, além dos métodos de análise descritiva dos dados. Depois são feitas as discussões dos resultados, com comparações das informações geradas a partir de cada uma das técnicas de análise, com indicação de limitações e potencialidades de cada uma delas, quando usadas isoladamente ou de forma integrada. Por fim são apresentadas as principais conclusões e propostas de possíveis desdobramentos de pesquisas que usem variáveis clássicas da análise eleitoral na explicação do desempenho de candidatos à reeleição.

2. Materiais e métodos

Aqui, é considerada avaliação positiva a soma dos percentuais de respostas «ótimo» e «bom» para a pergunta realizada em pesquisas de opinião pública: «Na sua opinião, o presidente ____ está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?». Para a avaliação negativa são agregados os percentuais de respostas «ruim» e «péssimo». Os percentuais de «regular» são desconsiderados por se tratar de uma avaliação intermediária. A outra variável, também medida em percentuais, indica a participação de intenções de voto no candidato à reeleição o para total de respondentes, aferida por pesquisas de opinião pública com amostras nacionais.

A primeira etapa descritiva da análise compara os percentuais de avaliação positiva e negativa de todo o primeiro mandato (48 meses) com as avaliações de governo no período pré-eleitoral e durante a campanha. No caso de FHC, o período começa em março de 1998, quando há a primeira medição de intenção de votos naquele ano, e termina em setembro, pois a eleição foi definida no primeiro turno. Para os outros três presidentes o período pré-eleitoral e de campanha começa no mês de fevereiro e vai até outubro do ano da disputa.

Uma segunda comparação é feita entre os percentuais de avaliação positiva e negativa para todo o mandato e dentro do período eleitoral. Nessa etapa também são apresentadas as médias de intenção de voto no candidato à reeleição. A análise usa técnicas de correlação por produto-momento de Pearson para identificar a intensidade e a direção das correlações.

Começando pelas médias de avaliação de governo, no caso de Fernando Henrique Cardoso, a média de avaliação positiva no primeiro mandato, entre 1995 e 1998, foi de 42,4%, contra 16,9% de média da avaliação negativa. Isso representa uma diferença de 25,5 pontos percentuais em favor da avaliação positiva (ver tabela 1). As medianas ficam muito próximas das médias. Já no período que antecedeu a campanha e durante a própria disputa pela reeleição, entre fevereiro e setembro de 1998, a avaliação positiva média ficou em 34,9% e a negativa em 21,9% de média, com a diferença entre elas caindo para 13 pontos percentuais. As medianas acompanharam essa dinâmica. A diferença entre todo o primeiro mandato e o período entre fevereiro e setembro de 1998 foi de uma queda na avaliação positiva (-7,5 pontos percentuais) e aumento da negativa, +5,0 pontos percentuais –desconsiderados os erros amostrais. Durante a campanha de 1998 o candidato à reeleição apresentou média de intenção de votos de 40%, tendo ficado em primeiro lugar durante todo o período (entre os meses de março e maio Fernando Henrique Cardoso apareceu em empate técnico com Lula nas pesquisas de intenção de voto, embora sempre em primeiro lugar). Em resumo, FHC teve uma queda na avaliação positiva e crescimento da negativa durante a campanha em relação ao restante do mandato. Contou com uma média de 40% de intenção de votos durante a campanha de reeleição. O Saldo foi positivo para FHC, apesar da queda durante a campanha de reeleição.

Tabela I. Principais estatísticas descritivas para FHC.

Variáveis	I. Primeiro mandato (48 meses)			II. Período eleitoral (mar. a set. 1998)			Dif. em pontos percentuais (II – I) ^b		
	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.
Avaliação Positiva	42,4	41,9	6,2	34,9	36,3	6,2	-7,5	-5,6	0,0
Avaliação Negativa	16,9	17,2	5,4	21,9	18,6	7,5	+5,0	+1,4	2,1
Dif. (Posit-Negat.) ^a	+25,5	+24,7	0,6	+13,0	+17,7	-1,3			
Intenção de Voto				40,0	41,0	4,7			

Fonte: autor a partir de pesquisa de avaliação de governo e eleitorais.

a. São as diferenças entre as estatísticas descritivas da Avaliação Positiva e Avaliação Negativa para todo o primeiro mandato e para o período eleitoral.

b. São as diferenças entre Avaliação Positiva para todo mandato com Avaliação Positiva para o período eleitoral e Avaliação Negativa para todo mandato com Avaliação Negativa para o período eleitoral.

O período de Luis Inácio Lula da Silva apresentou características similares ao antecessor e uma grande diferença. Durante todo o primeiro mandato, de 2003 a 2006, Lula teve média de 42,5% de avaliação positiva e 17,6% de negativa, resultando em diferença de 24,9 pontos percentuais de média em favor da positiva. Muito próximo do desempenho de FHC no primeiro mandato. A diferença está no período eleitoral, entre fevereiro e outubro de 2006,

quando, no caso de Lula, as variações médias das avaliações em relação ao mandato todo são muito pequenas. A positiva fica em 42,3% e a negativa em 19,4% de média, com uma diferença de 22,9 pontos percentuais. A avaliação positiva fica apenas em -0,2 ponto percentual e a negativa em +1,7 ponto percentual entre todo o primeiro mandato de Lula e o período eleitoral (Ver tabela 2), o que não pode ser considerado diferença real em função dos limites de precisão de pesquisas amostrais. Ou seja, não é possível dizer que houve mudança nas médias de avaliação de Lula durante a campanha em relação ao primeiro mandato. A média de intenção e votos de Lula ficou em 44,7% dos válidos durante a campanha de reeleição. Ele ficou em primeiro lugar durante toda a campanha e foi reeleito no segundo turno.

Tabela II. Principais estatísticas descritivas para LULA.

Variáveis	I. Primeiro mandato (48 meses)			II. Período eleitoral (fev. a out. 2006)			Dif. em pontos percentuais (II - I) ^b		
	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.
Avaliação Positiva	42,5	42,2	8,9	42,3	41,0	5,2	-0,2	-1,2	3,7
Avaliação Negativa	17,6	16,2	6,5	19,4	19,3	3,2	+1,7	+3,1	3,3
Dif. (Posit-Negat.) ^a	+24,9	+26,0	2,4	+22,9	+21,7	+2,0			
Intenção de Voto				44,7	44,0	6,3			

Fonte: autor a partir de pesquisa de avaliação de governo e eleitorais.

a. São as diferenças entre as estatísticas descritivas da Avaliação Positiva e Avaliação Negativa para todo o primeiro mandato e para o período eleitoral.

b. São as diferenças entre Avaliação Positiva para todo mandato com Avaliação Positiva para o período eleitoral e Avaliação Negativa para todo mandato com Avaliação Negativa para o período eleitoral.

No caso de Dilma Rousseff, há diferenças significativas em relação aos dois anteriores. Ela apresentou uma média de avaliação positiva no primeiro mandato, de 2011 a 2014, de 49,6% (a maior dos quatro casos em análise) e média negativa de 15,1%, o que resulta em uma diferença entre a positiva e negativa de 34,5 pontos percentuais, bem acima do desempenho dos presidentes anteriores em termos de avaliação do primeiro mandato. As diferenças entre médias e medianas são as maiores até aqui, indicando que Dilma Rousseff apresentou «picos» de avaliação positiva e momentos de avaliação negativa bem abaixo da média durante o período. No entanto, ela é a que apresenta as maiores quedas de desempenho das avaliações durante o período eleitoral, de fevereiro a outubro de 2014. Fica com 34,5% de média de positiva e 29,1% de negativa, uma diferença de apenas 5,4 pontos percentuais em favor da positiva, o que coloca a diferença das duas médias de avaliações muito próximas da margem de erro (ver. Tabela III).

As diferenças entre as avaliações de todo o mandato para o período eleitoral de Dilma também foram as maiores entre todos os presidentes analisados. Ela teve uma queda de -15,1 pontos percentuais da avaliação positiva e um crescimento na média de +14,0 pontos percentuais da negativa durante a campanha em relação a todo o mandato. Além disso, as médias das intenções de voto na campanha para reeleição foram as mais baixas entre os quatro presidentes analisados aqui. Mesmo assim, Rousseff ficou em primeiro lu-

gar durante quase toda a campanha. O resultado foi a reeleição com a menor diferença em favor do candidato no exercício do cargo, apenas 3,2 pontos percentuais de votos válidos em favor de Dilma Rousseff, até aquele ano.

Tabela III. Principais estatísticas descritivas para DILMA.

Variáveis	I. Primeiro mandato (48 meses)			II. Período eleitoral (fev. a out. 2014)			Dif. em pontos percentuais (II - I) ^b		
	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.
Avaliação Positiva	49,6	52,0	11,9	34,5	34,0	2,9	-15,1	-18,0	9,0
Avaliação Negativa	15,1	9,1	9,7	29,1	29,0	3,7	+14,0	+19,9	6,0
Dif. (Posit-Negat.) ^a	+34,5	+42,9	2,2	+5,4	+5,0	0,8			
Intenção de Voto				22,2	21,0	10,8			

Fonte: Autor a partir de pesquisa de avaliação de governo e eleitorais.

a. São as diferenças entre as estatísticas descritivas da Avaliação Positiva e Avaliação Negativa para todo o primeiro mandato e para o período eleitoral.

b. São as diferenças entre Avaliação Positiva para todo mandato com Avaliação Positiva para o período eleitoral e Avaliação Negativa para todo mandato com Avaliação Negativa para o período eleitoral.

Os dados para Jair Bolsonaro são atípicos quando comparados aos anteriores. Ele é o único presidente candidato à reeleição a apresentar no primeiro mandato médias de avaliação negativas superiores às positivas. Além disso, no período eleitoral, as diferenças crescem em favor da negativa. Nos 48 meses do mandato único de Bolsonaro, entre 2019 e 2022, ele apresentou uma média de 31,3% de avaliação positiva e 40% de negativa, com -8,7 pontos percentuais de média para positiva e medianas muito próximas das médias (ver tabela 4). No período eleitoral, entre fevereiro e outubro de 2022, a média de avaliação positiva oscila para baixo, para 29,1% e a negativa sobe para 45,8%, o que resulta em uma diferença de -16,7 pontos percentuais para a positiva em relação à negativa. Já as diferenças do período eleitoral em relação a todo mandato ficaram em -2,2 pontos percentuais para avaliação positiva e mais 5,8 pontos percentuais para a negativa. Bolsonaro teve uma avaliação negativa de governo sempre superior à positiva, ao contrário de todos os anteriores. Outra especificidade da disputa pela reeleição de Bolsonaro é que ele foi o único presidente candidato a ficar em segundo lugar nas intenções de voto nos dois turnos de 2022. Sua média de intenções de voto ficou em 31,9%, com mediana muito próxima, em 30%. No segundo turno Bolsonaro foi derrotado com a menor diferença registrada em eleições presidenciais brasileiras, por apenas 1,8 ponto percentual de votos válidos a menos que Lula.

Tabela IV. Principais estatísticas descritivas para BOLSONARO.

Variáveis	I. Primeiro mandato (48 meses)			II. Período eleitoral (fev. a out. 2022)			Diferenças (II - I) ^b		
	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.	média	mediana	Desv.Pad.
Avaliação Positiva	31,3	30,4	5,7	29,1	28,5	4,3	-2,2	-1,9	1,4
Avaliação Negativa	40,0	41,0	9,8	45,8	45,5	4,3	+5,8	+4,5	5,5
Dif. (Posit-Negat.) ^a	-8,7	-10,6	4,1	-16,7	-17,0	0,0			
Intenção de Voto				31,9	30,0	6,49			

Fonte: Autor a partir de pesquisa de avaliação de governo e eleitorais.

a. São as diferenças entre as estatísticas descritivas da Avaliação Positiva e Avaliação Negativa para todo o primeiro mandato e para o período eleitoral.

b. São as diferenças entre Avaliação Positiva para todo mandato com Avaliação Positiva para o período eleitoral e Avaliação Negativa para todo mandato com Avaliação Negativa para o período eleitoral.

As imagens no gráfico 1 a seguir são representações lineares dos percentuais de avaliação de governo e de intenção de votos nos meses de pré e eleitoral com candidato à reeleição. Aqui são usadas as representações lineares e não as curvas reais em função do baixo número de observações, que varia entre 8 e 9 meses de período com medições de intenção de voto em cada eleição.

Os coeficientes que acompanham cada imagem mostram as correlações entre intenção de voto e avaliação positiva e negativa em cada um dos quatro casos. Os percentuais das avaliações de governo e das intenções de voto usadas nos cálculos das correlações encontram-se no anexo 1. Para os períodos de Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro foram usados dados de pesquisas do Instituto Datafolha. Para o período de Lula foram usados resultados de pesquisas CNT/Sensus. Foram considerados institutos que fizeram pesquisas no mesmo período, de fevereiro a outubro, em cada ano eleitoral².

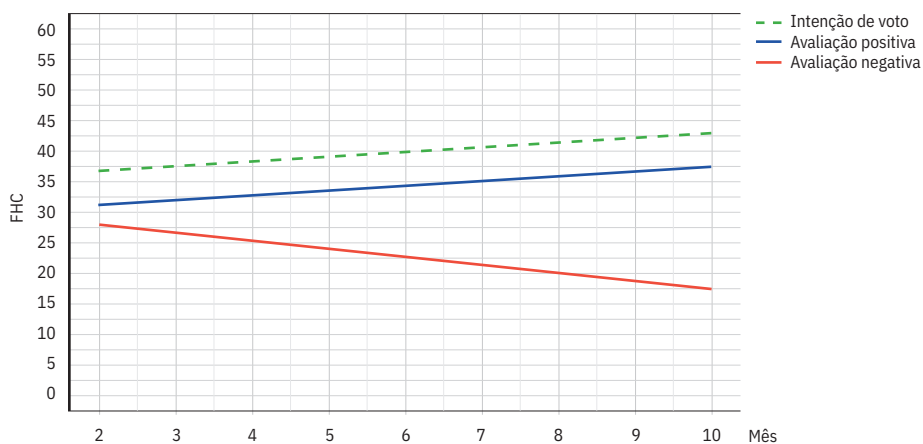
Nos gráficos de FHC, Lula e Bolsonaro há uma relação visualmente detectável entre avaliação positiva (linha contínua azul) e intenção de voto ao candidato à reeleição (linha tracejada verde), além de uma correlação negativa entre intenção de voto e avaliação negativa (linha contínua vermelha). No caso de Bolsonaro percebe-se uma diferença na posição das retas. A imagem 1.d mostra que a avaliação negativa está acima e a positiva abaixo, com maior distância no início do período e tendência de se aproximarem ao final. Nos casos de FHC e Lula as retas positivas estão sempre acima das negativas e, no início do período elas estão mais próximas. A única imagem em que as retas não seguem o padrão descrito é a de Dilma Rousseff. A representação linear das intenções de voto cresce ao longo da campanha, enquanto as representações lineares das avaliações de governo ficam praticamente estáveis (ver gráfico 1c).

2. A fórmula para cálculo das correlações é a do produto-momento de Pearson, como segue:

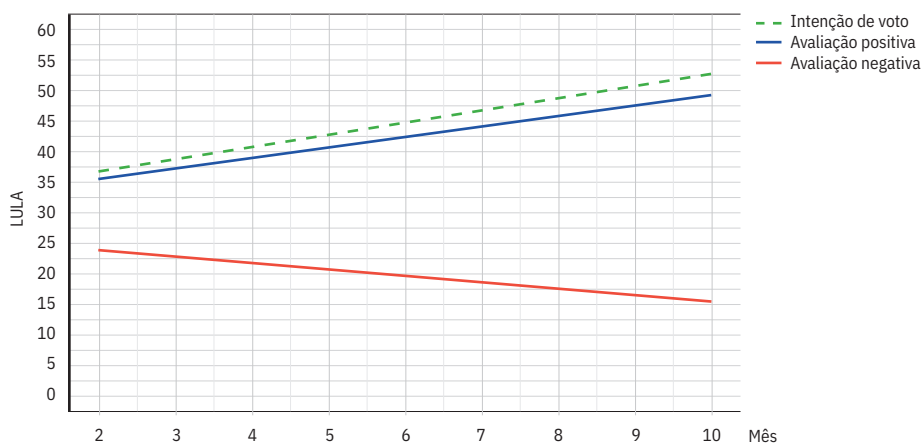
$$r = \frac{n \cdot (\sum x \cdot y) - (\sum x) \cdot (\sum y)}{\sqrt{[n \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2] \cdot [n \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2]}}$$

Onde: X = percentual de avaliação de governo (positiva e negativa); Y = percentual de intenção de voto no candidato à reeleição.

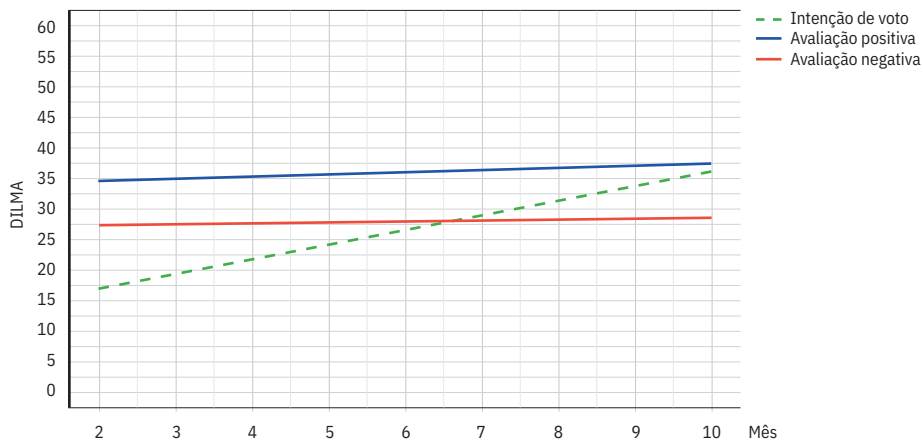
Gráfico 1. Representações lineares e coeficientes de correlação entre avaliações de governo e intenções de voto no candidato à reeleição nos meses de campanha^a.



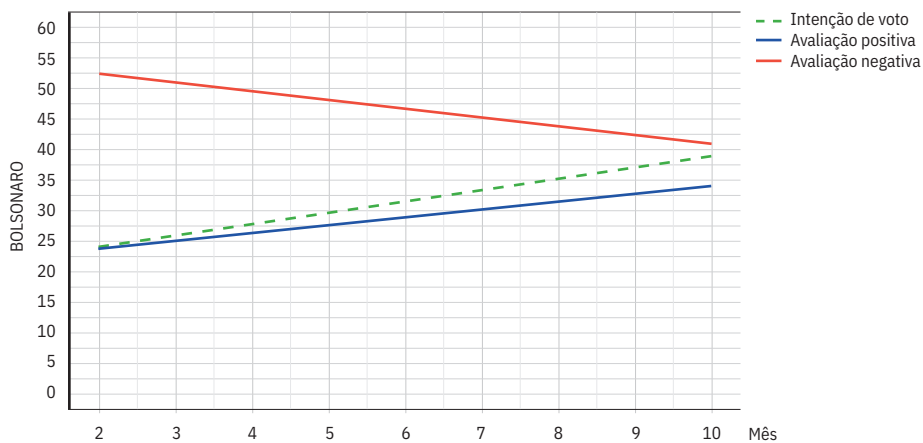
1.a FHC	Av. Positiva	Av. Negativa
Int. Voto	+0,554	-0,370



1.b Lula	Av. Positiva	Av. Negativa
Int. Voto	+0,954	-0,941



1.c Dilma	Av. Positiva	Av. Negativa
Int. Voto	+0,458	-0,259



1.d Bolsonaro	Av. Positiva	Av. Negativa
Int. Voto	+0,813	-0,760

Fonte: Autor.
 a. O limite crítico do coeficiente de correlação de Pearson para N=9 é de 0,707.

O Coeficiente de correlação para avaliação positiva e intenção de voto em FHC é moderado e positivo, ficando em +0,554, enquanto a correlação entre avaliação negativa e votos é negativa e a mais baixa entre os quatro presidentes -0,370. Isso indica que embora a direção seja a esperada, a associação entre voto e rejeição ao primeiro governo FHC não era alta, ainda que os dois coeficientes tenham ficado abaixo do limite crítico para significância estatística.

No caso de Lula, os coeficientes são os mais altos entre os quatro presidentes. A correlação entre intenção de voto e avaliação positiva é de +0,954 e com avaliação negativa de governo é de -0,941. Os dois coeficientes ficam aci-

ma do limite crítico de significância estatística, indicando que as intenções de voto para reeleição de Lula estavam fortemente associadas com as avaliações de seu primeiro mandato.

Dilma Rousseff apresenta associações baixas entre intenção de voto e avaliação de governo durante o período eleitoral. A correlação entre voto e avaliação positiva é baixa, ficando em +0,458 e a correlação entre voto e avaliação negativa é baixa, em -0,259. Os dois coeficientes ficam abaixo do limite crítico para significância estatística.

Já para Bolsonaro, imagem 1.d, os dois coeficientes ficam acima do limite crítico de significância estatística, com associação entre intenção de voto e avaliação positiva em +0,813 e com avaliação negativa em - 0,760. Em ordem decrescente, as correlações mais fortes entre avaliações de governo e intenção de voto no candidato à reeleição, vão de Lula, Bolsonaro, FHC até Dilma. Em todos os casos as direções são as esperadas, com correlação na mesma direção entre avaliação positiva e intenção de voto e correlação em direção oposta entre avaliação negativa e intenção de voto. O que muda em cada candidato à reeleição é a intensidade das associações.

3. Discussão Dos Resultados

A hipótese mobilizada no início do trabalho é a de que, pelo menos, uma parte do desempenho de presidentes candidatos à reeleição está associado aos resultados do primeiro mandato, a partir dos pressupostos do voto retrospectivo. O ponto de partida é que grande parte do eleitorado faz o cálculo retrospectivo, perguntando o que o atual governo andou fazendo nos últimos anos, antes de decidir se vota na continuidade ou em uma das opções de desafiante.

Os resultados mostram que o desempenho de FHC, Lula e Bolsonaro, quando em disputas às reeleições, em 1998, 2006 e 2022, apresentaram altas associações com o desempenho de seus governos. Apenas no caso de Dilma Rousseff, em 2014, os resultados entre avaliação de governo e intenção de voto na candidata à reeleição mostraram-se mais independentes entre si. FHC, Lula e Dilma foram reeleitos. Os dois primeiros com associação ao desempenho do primeiro governo, a terceira não. Bolsonaro foi derrotado e o resultado apresentou forte associação com o desempenho do governo. Isso porque para FHC e Lula os indicadores de desempenho eram positivos, enquanto que para Bolsonaro, os indicadores estavam negativos.

Começando pelas médias, FHC e Lula tiveram resultados parecidos quanto a relação entre avaliação positiva e negativa ao longo do primeiro mandato. O saldo para os dois girou em torno de 25 pontos percentuais em favor da avaliação positiva. Dilma Rousseff apresentou o melhor desempenho no primeiro mandato. Ela teve um saldo de 34 pontos percentuais em favor da avaliação positiva. Bolsonaro foi o único dos quatro presidentes que chegou à campanha de reeleição com saldo invertido, a média para ele foi de 9 pontos percentuais a mais de avaliação negativa em relação à positiva. No geral, o

governo Bolsonaro foi mal avaliado pela Opinião Pública e isso foi levado em conta pelo eleitor para a decisão do voto.

Durante o período da campanha de reeleição, em todos os casos há uma queda da avaliação positiva e crescimento médio da avaliação negativa do governo, ainda que em proporções distintas. FHC apresenta uma queda de 7 pontos percentuais da avaliação positiva entre fevereiro e setembro de 1998. Lula é o que apresenta o menor efeito, variando dentro da margem de erro, com queda de apenas 0,2 ponto percentual. Dilma tem queda de 15 pontos percentuais da avaliação positiva e Bolsonaro vê cair 2 pontos percentuais de sua avaliação positiva. Também, em todos os casos, há crescimento da avaliação negativa do governo nos meses que antecedem a campanha e durante a tentativa de reeleição. Para FHC o crescimento da avaliação negativa foi de 5 pontos percentuais. Somando 7 pontos a mais de negativo e 5 a menos de positivo, temos uma diferença agregada de 12 pontos percentuais em desfavor da avaliação de governo de FHC.

Para Lula a avaliação negativa cresceu 1,7 ponto percentual, que somada ao 0,2 ponto de queda da positiva chega a um saldo de menos de 2 pontos percentuais de diferença, também ficando dentro da margem de erro máxima das pesquisas, o que indica estabilidade na avaliação de governo durante a campanha de reeleição de 2006. Dilma Rousseff apresentou um aumento na avaliação negativa de 14 pontos percentuais durante a campanha de 2014, o que resulta em um saldo final de 29 pontos percentuais em desfavor da avaliação de governo dela. Já Bolsonaro teve um aumento médio da avaliação negativa do governo durante a campanha de 2022 de quase 6 pontos percentuais, resultando em um saldo de 8 pontos percentuais em desfavor da avaliação de governo de Bolsonaro durante o período de disputa da reeleição.

As médias de intenções de votos também variaram entre os candidatos. FHC teve média de 40% de intenção de votos, Lula ficou em 45% de média, Dilma em 22% e Bolsonaro com 32%. Mesmo tendo a maior média, Lula não conseguiu a reeleição no primeiro turno, pois havia alta concentração de votos em apenas dois candidatos. Ainda que tenha ficado com a menor média, Dilma Rousseff foi candidata à reeleição em uma disputa com a menor concentração de votos das quatro disputas consideradas aqui. Bolsonaro apresentou maior média de intenção de votos que Dilma Rousseff, mas, disputou uma campanha com a maior concentração de votos válidos nos dois principais concorrentes e esteve, como candidato à reeleição, na segunda colocação na preferência dos eleitores.

A segunda etapa da análise descritiva foi correlacionar as avaliações de governo com as intenções de voto entre os meses de fevereiro a outubro do ano da disputa pela reeleição. Em todos os quatro casos as direções das associações foram as esperadas teoricamente, com avaliação favorável ao governo correlacionada positivamente e avaliação negativa com associação inversa à intenção de voto. O que mudou foram as intensidades das correlações. Nesse caso, quanto menor o coeficiente de correlação, menos relação existe entre avaliação de governo e intenção de voto. Quanto maiores os coeficientes, mais associadas estão as variações dos percentuais de avaliação de governo com as variações das intenções de voto.

Começando pela candidata com menores coeficientes, Dilma Rousseff apresentou correlações baixas entre avaliação positiva e intenção de voto, +0,458, e avaliação negativa e intenção de voto de -0,259. Apesar de baixas, percebe-se uma correlação maior com avaliação positiva com votos do que a negativa. Se calcularmos o coeficiente de determinação (r^2) a partir das duas correlações, temos uma média de 0,138, ou seja, as avaliações de governo de Dilma Rousseff explicam apenas 13,8% das variações das intenções de voto para a reeleição dela.

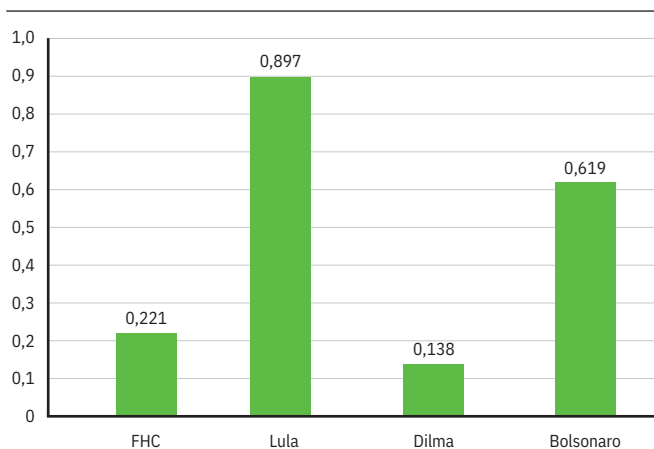
FHC fica com a segunda menor correlação entre avaliações de governo e voto pela reeleição. A avaliação positiva tem um coeficiente de +0,554 e a negativa fica em -0,370. No caso dele, a correlação mais forte é da avaliação positiva com intenção de voto. Ainda assim, os coeficientes para FHC ficam na faixa de associação baixa para moderada. Calculando o coeficiente de determinação, a partir da média dos coeficientes de avaliação de governo, temos 0,221, ou seja, 22,1% das variações de intenção de voto para a reeleição de FHC são explicadas pelas variações das avaliações do governo dele.

Bolsonaro foi o candidato à reeleição com terceira maior correlação entre avaliação de governo e intenção de voto. Os coeficientes dele são considerados altos, tanto entre avaliação positiva e intenção de voto, +0,813, quanto para avaliação negativa e intenção de voto, -0,760. Calculando o coeficiente de determinação a partir da média das associações de avaliações, temos 0,619, ou seja, 61,9% das variações de intenção de voto em Bolsonaro são explicadas pelas variações das avaliações de governo dele entre fevereiro e outubro de 2022. Perceba que a determinação da avaliação de governo no caso de Bolsonaro é mais de duas vezes superior à de FHC e quase três vezes acima de Dilma Rousseff. Aqui há um reforço do «achado» nas médias gerais: o desempenho de Bolsonaro na campanha de reeleição é marcado pela avaliação negativa de seu primeiro governo aliada ao fato de que o desempenho do governo foi importante para as distribuições de votos pela continuidade ou pela mudança de presidente.

Por fim, a maior associação entre avaliações de governo e intenção de voto ocorreu na campanha de reeleição de 2006, com Lula, onde a correlação entre avaliação positiva e intenção de voto ficou em +0,954 e avaliação negativa com intenção de voto em -0,941. Considerando a média dos coeficientes de correlação, a determinação da avaliação de governo sobre intenção de voto fica em 0,897. Ou seja, 89,7% das variações da intenção de voto em Lula durante o período eleitoral de 2006 são explicadas pelas variações agregadas das avaliações de governo.

O gráfico 2 a seguir mostra as comparações entre os coeficientes médios de determinação das avaliações de governo para intenção de voto nos quatro candidatos à reeleição. Ele deixa mais clara a diferença entre os efeitos para Lula e Bolsonaro, de um lado, e FHC e Dilma, de outro. Ainda que FHC tenha apresentado coeficientes superiores aos de Dilma, no caso do primeiro candidato reeleito também se percebe uma distância em relação a Lula e Bolsonaro.

Gráfico 2. Comparação dos coeficientes de determinação médios por avaliação de governo para intenções de voto nos candidatos à reeleição.



Fonte: Autor.

Para Dilma, quase nada da explicação das intenções de voto passava pela avaliação de governo; para FHC, menos de $\frac{1}{4}$ é explicado pela avaliação de governo; para Bolsonaro, a capacidade explicativa das avaliações de governo passa de $\frac{3}{4}$ do total; para Lula ela quase chega a 90%. A diferença entre Dilma e Bolsonaro, os dois extremos nas avaliações de governo, é que enquanto a primeira tem seu governo bem avaliado, essa avaliação não determina o crescimento nas intenções de voto para a reeleição dela; já o segundo teve seu governo avaliado negativamente e isso foi importante para as variações de intenção de voto. Dilma foi reeleita com uma diferença de quase 3 pontos percentuais para o segundo colocado e Bolsonaro foi derrotado por uma diferença de menos de 2 pontos percentuais quando tentou a reeleição.

4. Conclusões

Ainda que o mais comum, na ciência política, seja considerar o voto retrospectivo para explicar o desempenho de candidatos à reeleição, muitas vezes se costuma dar menos atenção para a avaliação de governo quando se trata de sucesso ou insucesso de presidentes em disputa pela manutenção do mandato. Recentemente, no Brasil, por conta da aguda polarização e radicalização dos discursos e debates políticos, há uma tendência de transportar explicações sobre o comportamento do cidadão mais engajado no debate político diretamente para o comportamento eleitoral. Isso se faz, quase sempre, em detrimento da consideração de avaliações de governo para a decisão de voto. A análise de desempenho dos quatro presidentes brasileiros que se candidataram à reeleição no exercício do cargo mostra que é, no mínimo, imprudente desconsiderar a avaliação de governo para explicar desempenho eleitoral de candidatos que disputam a reeleição. Dos quatro, em dois casos foi possível constatar relação entre avaliação de governo e intenção de voto na continuidade: Lula e Bolsonaro, com coeficientes altos. Em FHC o coefi-

ciente ficou baixo e para Dilma Rousseff as associações foram mais baixas, embora na mesma direção dos demais.

Conforme indicado no quadro I, a avaliação de governo para intenção de voto no candidato à reeleição apresenta quatro relações distintas. O ideal para a reeleição é o governo ser bem avaliado e os eleitores levarem em consideração essa avaliação para a decisão de voto. É o caso de Lula em 2006. No outro extremo, o pior cenário é o governo ser avaliado negativamente e os eleitores considerarem o mau desempenho do candidato para definir o voto. Foi o caso de Bolsonaro em 2022. Em pontos intermediários é possível ter uma avaliação negativa do governo, mas isso não ser considerado pelo eleitor ou ter uma avaliação positiva que não está associada à preferência eleitoral – que foi o caso de Dilma Rousseff, em 2014. Quanto à relação entre avaliação de governo e voto, FHC fica mais próximo de Dilma do que dos demais.

FHC, em 1998, foi reeleito no primeiro turno, com 53% de votos válidos. Lula, em 2006, fez quase 49% de votos válidos no primeiro e passou de 60% no segundo turno. Os dois tinham saldos positivos de avaliação de governo ao final do primeiro mandato e apresentaram associações, no caso de FHC fraca e no de Lula muito alta, entre avaliação de governo e intenção de voto.

Bolsonaro teve alta associação entre avaliação de governo e intenção de voto, no entanto, a avaliação predominante para ele era negativa. Ele foi o primeiro candidato a presidente a passar toda campanha de reeleição na segunda posição do eleitorado e o primeiro a ser derrotado na tentativa de se manter no governo. Em um tipo intermediário de relação entre as duas variáveis está o caso de Dilma Rousseff. Ela apresenta as melhores médias de avaliação ao final do primeiro governo, no entanto, a associação entre avaliação positiva e intenção de voto foi baixa. Significa que outras variáveis são mais explicativas para o desempenho dela em 2014 do que a avaliação de governo. Outro possível cenário é de avaliação de governo negativa, mas ela não estar associada à intenção de votos.

Em resumo, no que diz respeito à avaliação do primeiro governo, ter relação com a intenção de voto ajudou a reeleger Lula (quadrante I do quadro 1). Apesar de ter a melhor avaliação de governo no final do primeiro mandato, a não associação com a intenção de voto para o caso de Dilma Rousseff pode ter dificultado, mas não inviabilizou a reeleição da presidente em 2014 (quadrante II do quadro 1). Por outro lado, mesmo sem forte associação com avaliação de governo (quadrante II do quadro 1), FHC foi reeleito no primeiro turno. Em 2022, Bolsonaro entrou em campanha pela reeleição com avaliação de governo negativa e alta associação entre avaliação e intenções de voto para ser derrotado (quadrante III do quadro 1). Porém, é preciso considerar que todos os resultados apresentados aqui são medições ao nível agregado de pesquisas de Opinião Pública de intenção de voto e avaliação de governo.

Para identificar as motivações para o comportamento e avaliação de governo seria necessária uma análise a partir do nível microsociológico, com perguntas diretas aos eleitores em cada momento sobre os motivos que os fizeram associar com mais ou menos força a avaliação de governo da decisão

de voto. Aqui foi possível identificar que as relações entre avaliação de governo e voto no candidato à reeleição, em nível macro, são significativas e heterogêneas para o caso brasileiro.

Anexo 1

Dados de avaliação de governo e intenção de voto por presidente no período da campanha pela reeleição.

Ano	Mês	Presidente	Av. positiva	Av. negativa	Int. de voto candidato à reeleição	Instituto		
1998	3	FHC	38,8	20,7	41,0	DATAFOLHA		
	4	FHC	30,2	29,1	41,0			
	5	FHC	21,7	37,5	34,0			
	6	FHC	36,4	15,4	33,0			
	7	FHC	36,3	18,6	40,0			
	8	FHC	35,9	18,7	42,0			
	9	FHC	39,4	16,6	48,0			
	2006	2	Lula	37,5	21,4		42,0	CNT/SENSUS
		3	Lula	38,0	22,0		39,0	
4		Lula	37,6	24,1	37,0			
5		Lula	38,3	22,2	40,0			
6		Lula	44,0	19,0	44,0			
7		Lula	41,0	19,3	44,0			
8		Lula	43,6	15,6	48,0			
9		Lula	49,0	16,0	51,0			
10		Lula	51,7	15,0	57,0			
2014		2	Dilma	36,4	24,8	22,0	DATAFOLHA	
	3	Dilma	39,0	24,0	21,0			
	4	Dilma	36,0	27,0	20,0			
	5	Dilma	34,0	30,0	20,0			
	6	Dilma	31,0	33,0	19,0			
	7	Dilma	32,0	31,0	25,0			
	8	Dilma	33,0	29,0	36,0			
	9	Dilma	38,0	28,0	37,0			
	10	Dilma	45,0	23,0	37,0			

Ano	Mês	Presidente	Av. positiva	Av. negativa	Int. de voto candidato à reeleição	Instituto
2022	2	Bolsonaro	25,0	53,0	26,0	DATAFOLHA
	3	Bolsonaro	25,0	46,0	26,0	
	4	Bolsonaro	29,0	54,0	27,0	
	5	Bolsonaro	25,0	48,0	27,0	
	6	Bolsonaro	26,0	47,0	28,0	
	7	Bolsonaro	28,0	45,0	39,0	
	8	Bolsonaro	30,0	43,0	32,0	
	9	Bolsonaro	32,0	44,0	32,0	
	10	Bolsonaro	38,0	39,0	44,0	

Refêrencias bibliograficas

- Barreto, A. de B. (2009): «Reeleição para executivo municipal no Brasil (2000 a 2008)». *Revista Debates, Porto Alegre*, 3(2):97-115.
- Brambor, T. e Ceneviva, R. (2012): «Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros». *Revista Novos Estudos Cebrap*, (93): 9-21.
- Braga, M. do S. (2010): «Eleições e democracia no Brasil». *RBCP*, 4: 43-73.
- Borba, J. (2005): «Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro». *Revista Opinião Pública*, 11(1): 147-168.
- Bustani, C. (2001): «The 1998 elections in Brazil». *Electoral studies*, 20: 305-313.
- Cervi, E. U. e Borba, F. (2022): «Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da COVID-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020». *Revista Sociedade Estado*, 37(2): 599-619. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020010>
- Downs, A. (1957): *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers.
- Figueiredo, M. (2022): «A decisão do voto: democracia e racionalidade». São Paulo: DOXA-IESP.
- Fiorina, M. (1976): «The voting decision: instrumental and expressive aspects». *The Journal of Politics*, 38: 390 - 413.
- Fiorina, M. (1978): «Economic retrospective voting in American National Elections: a micro-analysis». *American Journal of Political Science*, 2(2): 426 - 443.
- Fiorina, M. (1981): *Retrospective voting in American Nacional Election*. New Haven: Yale University Press.
- Fiorina, M. (2002): «Parties and Partishanship: a 40-year retrospective». *Political Behavior*, 24(2): 93-115.
- Green, D. e Palmquist, B. (1994): «How stable is party identification?». *Policial Behavior*, 43: 437-466.
- Key, V. O., Jr. (1955): «A Theory of Critical Elections». *The Journal of Politics*, 17(1): 3 - 18.
- KEY, V. O., Jr. (1966): *The responsible Electorate*. New York: Vintage.

- Peffley, M. y Williams, J. T. (1985): «Attributing Presidential Responsibility for National Economic Problems». *American Politics Quarterly*, 13(4): 393-425. <https://doi.org/10.1177/1532673X8501300402>
- Lanoue, D. J. (1994): «Retrospective and Prospective Voting in Presidential-Year Elections». *Political Research Quarterly*, 47(1): 193-205. <https://doi.org/10.1177/106591299404700110>
- Lohmann, S.; Brady, D. W. y Rivers, D. (1989): «Party Identification, Retrospective Voting, and Moderating Elections in a Federal System: West Germany, 1961-1989». *Comparative Political Studies*, 30(4): 420-449. <https://doi.org/10.1177/0010414097030004002>
- Machado, M. (2009): «A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006». *Revista Opinião Pública*, 15(1): 159-189. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100007>
- Mingoti, S. A. (2013): *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Nicolás Marin, A. M.(2019): «Comunicación negativa, una respuesta ante la incertidumbre del sistema de partidos». *Más Poder Local*, (37): 35 – 43.
- Nicolau, J. (21008): «The presidential and congressional elections in Brazil, oct. 2006». *Electoral Studies*, 27: 170 - 175.
- Rebello M. (2017): «A disputa nos governos estaduais (1994-2014): a batalha entre incumbents e oposição». *Revista Opinião Pública*, 23(1): 168-193. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017231168>
- Svoboda, C. J. (1995): «Retrospective Voting in Gubernatorial Elections: 1982 and 1986». *Political Research Quarterly*, 48(1): 135-150. <https://doi.org/10.1177/106591299504800108>
- Veiga, L. F. e Ross, S. D. (2014): «Os Determinantes da avaliação a economia na eleição presidencial brasileira em 2014». *Revista Opinião Pública*, 2(3): 524 549.

Sítios Eletrônicos Consultados

www.cnt.org/pesquisas

www.datafolha.folha.uol.com.br

www.tse.jus.br



©Derechos del autor o autores. Creative Commons License. Este artículo está bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0. ©Copyright of the author or authors. Creative Commons License. This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.